

SUMÁRIO

<i>AGRADECIMENTOS</i>	5
<i>PREFÁCIO – IVES GANDRA DA SILVA MARTINS</i>	9
<i>APRESENTAÇÃO – HUMBERTO ÁVILA</i>	13
<i>NOTA À 4ª EDIÇÃO</i>	19
<i>NOTA À 3ª EDIÇÃO</i>	21
<i>NOTA À 2ª EDIÇÃO</i>	23
<i>INTRODUÇÃO</i>	29
 <i>CAPÍTULO 1. LEGALIDADE, LIBERDADE E SEGURANÇA JURÍDICA</i>	
<i>1.1 Considerações introdutórias: as diferentes funções dos princípios</i>	42
<i>1.2 Os direitos fundamentais no Direito Tributário</i>	50
<i>1.3 O princípio da legalidade</i>	67
1.3.1 <i>O conceito de legalidade</i>	67
1.3.2 <i>A crise atual da legalidade em uma era de ceticismo interpretativo</i>	73
1.3.3 <i>A legalidade na Constituição de 1988</i>	82
1.3.4 <i>A especificidade da legalidade tributária: a função do princípio da legalidade no Sistema Tributário Nacional</i>	84
<i>1.4 O princípio da liberdade</i>	89
1.4.1 <i>Liberdade como manifestação da autonomia individual</i>	89
1.4.2 <i>A liberdade como um direito</i>	92
1.4.3 <i>A liberdade na Constituição de 1988</i>	98
1.4.4 <i>Liberdade e Direito Tributário: a função do princípio da liberdade no Sistema Tributário Nacional</i>	103
<i>1.5 O princípio da segurança jurídica</i>	108
1.5.1 <i>O papel central da segurança jurídica para o Estado de Direito</i>	108

1.5.2	<i>A segurança jurídica na Constituição de 1988.....</i>	113
1.5.3	<i>Segurança jurídica e Direito Tributário: a função do princípio da segurança jurídica no Sistema Tributário Nacional</i>	114
1.6	O formalismo no Direito Tributário.....	123
1.6.1	<i>Formalismo interpretativo.....</i>	123
1.6.2	<i>Formalismo na aplicação: do formalismo ao particularismo.....</i>	130
1.7	Conclusões parciais: a especificidade do Direito Tributário.....	132

CAPÍTULO 2. SOLIDARIEDADE, CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E IGUALDADE

2.1	O princípio da solidariedade.....	136
2.1.1	<i>O conceito de solidariedade.....</i>	136
2.1.2	<i>O conceito de solidariedade no âmbito do Direito Tributário.....</i>	141
2.1.3	<i>Solidariedade e Direito Tributário: a função do princípio da solidariedade no Sistema Tributário Nacional.....</i>	146
2.2	Solidariedade e capacidade contributiva.....	156
2.2.1	<i>O conceito de capacidade contributiva e sua vinculação ao princípio da solidariedade.....</i>	156
2.2.2	<i>A função do princípio da capacidade contributiva no Sistema Tributário Nacional.....</i>	161
2.3	O princípio da igualdade.....	164
2.3.1	<i>O conceito de igualdade.....</i>	164
2.3.2	<i>Igualdade e Direito Tributário: a função do princípio da igualdade no Sistema Tributário Nacional.....</i>	166
2.3.3	<i>A analogia no Direito Tributário.....</i>	173
2.3.4	<i>O paradoxo da busca pela igualdade através de cláusulas gerais.....</i>	183
2.4	A EC n. 132/23 e os efeitos da inserção explícita do princípio da justiça tributária.....	185
2.5	Crítica à ponderação: o equívoco da ideia de supremacia da solidariedade.....	192
2.6	O dever fundamental de pagar tributos e a teoria da supremacia do interesse público.....	209
2.7	Conclusões parciais: o dever de pagar tributos conforme a Constituição.....	213

CAPÍTULO 3. O DIREITO FUNDAMENTAL DE ECONOMIZAR TRIBUTOS

3.1	Considerações introdutórias: a natureza dos direitos e deveres fundamentais.....	218
------------	---	------------

3.2 O direito fundamental de economizar tributos como garantia constitucional.....	227
3.2.1 <i>O regime de liberdade e previsibilidade determinado pela Constituição</i>	227
3.2.2 <i>O direito à economia tributária e o equívoco da ideia de exigência de “motivação extratributária” como critério de abuso.....</i>	234
3.2.3 <i>A configuração da evasão ou elisão abusiva e o ônus da prova</i>	241
3.2.4 <i>O limite ao planejamento tributário: a existência de vícios nos atos ou negócios jurídicos.....</i>	251
3.2.4.1 <i>Vícios no plano da existência</i>	253
3.2.4.2 <i>Vícios no plano da validade</i>	258
3.2.4.3 <i>Os vícios dos negócios jurídicos e sua aplicabilidade restrita ao planejamento tributário</i>	268
3.3 A inexistência de norma geral antiabuso no Sistema Tributário Nacional.....	271
3.3.1 <i>A definição e o alcance de uma norma geral antiabuso</i>	271
3.3.2 <i>O tema no Código Tributário Nacional</i>	274
3.3.3 <i>Os limites de uma norma geral antiabuso no ordenamento jurídico brasileiro</i>	280
3.4 Conclusões parciais: o direito fundamental de economizar tributos e seus limites.....	281

CAPÍTULO 4. O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA

4.1 Considerações introdutórias: a importância da jurisprudência como instrumento de segurança jurídica e a (falta de) aplicabilidade da Constituição em matéria tributária.....	284
4.2 No plano da interpretação.....	289
4.2.1 <i>Os critérios de interpretação e a primazia entre eles.....</i>	289
4.2.2 <i>A utilização da solidariedade para redefinir os termos utilizados nas regras constitucionais</i>	295
4.2.3 <i>O exemplo na interpretação restritiva de benefícios fiscais</i>	298
4.3 No plano da qualificação.....	301
4.3.1 <i>A utilização de critérios indiciários não previstos em lei para a requalificação dos fatos.....</i>	301
4.3.2 <i>A requalificação de fatos e a desconsideração de negócios jurídicos.....</i>	305

4.4	<i>O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais/CARF e a sua atuação em matéria de planejamento tributário.....</i>	309
4.4.1	<i>O reconhecimento da falta de judicialização das questões de planejamento tributário</i>	309
4.4.2	<i>As consequências da insegurança jurídica da atuação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais/CARF</i>	313
4.5	<i>A influência do Direito Tributário Internacional na jurisprudência brasileira.....</i>	319
4.5.1	<i>Os limites do Direito Tributário Internacional.....</i>	319
4.5.2	<i>Breves considerações sobre o Plano de Ações do BEPS (“Base Erosion and Profit Shifting”) e sua (in)compatibilidade com o Sistema Tributário Nacional.....</i>	321
4.5.3	<i>O exemplo da questão do sigilo de dados bancários</i>	326
4.6	<i>Conclusões parciais: a incapacidade da jurisprudência tributária brasileira de gerar segurança jurídica.....</i>	335
	<i>CONCLUSÕES E TESES.....</i>	339
	<i>BIBLIOGRAFIA</i>	355